

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Jamile Francisca da Silva

**DAS LEITURAS DECOLONIAIS A MANOEL QUERINO: ESCRITAS
CONTRA HEGEMÔNICAS DA HISTÓRIA**

Rio de Janeiro

Junho de 2024



Jamile Francisca da Silva

**DAS LEITURAS DECOLONIAIS A MANOEL QUERINO:
ESCRITAS CONTRA-HEGEMÔNICAS DA HISTÓRIA**

Monografia apresentada a
Graduação de História da
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro como
requisito de conclusão de curso
e obtenção do título de
licenciada em História.

Orientador (a): Prof^ª.Dr^ª e Me.
Crislayne Gloss Marão Alfagali

Rio de Janeiro
Junho de 2024

Epígrafe:

“O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias...”

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, devo dedicar algumas linhas dessa escrita àqueles que fizeram com que ela fosse possível de ser elaborada e concluída. Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade que abriu em meu caminho para que eu ingressasse nesta instituição que me acolheu com tanto apreço e que me conduziu a um futuro de grandes possibilidades. Sem Ele, reconheço que não teria conquistado nem um terço do que galguei até aqui.

Agradeço a minha família, meu porto seguro e alicerce em todos os momentos. Minha mãe e minhas irmãs sempre representaram tudo para mim e não seria diferente nessa jornada acadêmica. Elas que sempre leram meus trabalhos e pesquisas, ouviram meus debates e apresentações e, acima de tudo, sempre estiveram presentes para parabenizar os meus avanços. Elas que nunca desacreditaram e principalmente apoiaram todos os meus planos e sonhos. A Francisca, a Juliana e a Juliet, a minha gratidão infinita.

Ao meu padrasto Marcos, meu muito obrigada por investir tanto no meu futuro, por arcar com todas as despesas necessárias durante toda a minha formação, por me acompanhar em todos os eventos escolares e acadêmicos e sempre fazer o máximo pelo meu sucesso. Não tenho palavras para agradecer a tudo isso.

Ao meu noivo João Paulo, essa é uma conquista nossa. Com seu apoio, eu ultrapassei todos os obstáculos que surgiram nessa trajetória e pela nossa parceria, tenho certeza de que esse é o início de uma vida de grandes vitórias.

Aos professores que passaram pela minha vida, ao Felipe Kox, ao William Gabriel e à Rita Carolina, vocês sempre foram meus maiores exemplos no ramo pedagógico. A minha orientadora, profa. Crislayne Alfagali, o meu agradecimento especial por não permitir que eu desistisse e por guiar as minhas pesquisas.

Aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado e, nesse caso, dou ênfase ao meu grande amigo, Marceu. Nós passamos por tudo isso juntos e concluímos lindamente essa jornada.

À todos que incentivaram e que fazem parte da minha vida, o meu muito obrigada. Que esse trabalho seja o símbolo de que toda dedicação e esforço sempre irão valer a pena e que batalhar pelo que acreditamos sempre será algo válido e os frutos são eternos.

Resumo

O trabalho que aqui se inicia reúne um compilado de autores que, no início do século XX, decidem desbravar uma narrativa até então inabitada. A vertente historiográfica posteriormente conhecida como história decolonial se configurou como canal responsável por introduzir aos estudos sobre a América Latina, um novo discurso que visibiliza os relatos dos povos nativos e enfatiza a ação dessas camadas que, por longos anos, foram vistas como subordinadas. O texto tem então o objetivo de apresentar o panorama no qual se deu origem aos estudos decoloniais, mencionando as principais interpretações a respeito dessa narrativa, apontando seus desdobramentos e a influência que isso teve no campo historiográfico. Por fim, pretende exemplificar como algo relativamente próximo a esse discurso já estava presente no território brasileiro, desde o século XIX, através do autor Manoel Querino. Contudo, espero que por meio da análise aqui realizada, as pesquisas, os estudos e relatos latino-americanos ganhem cada vez mais espaço e acessibilidade aos mais variados públicos e, com isso, as camadas anteriormente inferiorizadas, possam receber a relevância que lhe cabe no papel de autora e protagonista de sua própria história.

Palavras-chave: Decolonialidade; Colonialidade; Manuel Querino; Estudos Subalternos;

Abstract

The work that begins here brings together a compilation of authors who, at the beginning of the 20th century, decided to pioneer a narrative that was hitherto uninhabited. The historiographical strand later known as decolonial history was configured as a channel responsible for introducing to studies on Latin America, a new discourse that makes visible the reports of native peoples and emphasizes the action of these layers that, for many years, were seen as subordinate. The text then aims to present the panorama in which decolonial studies gave rise, mentioning the main interpretations regarding this narrative, its developments and the influence this had on the historiographical field and, finally, exemplifying how something relatively close to this discourse was already present in Brazilian territory, since the 19th century, through the author Manoel Querino. However, I hope that through the analysis carried out here, Latin American research, studies and reports will increasingly gain space and accessibility to the most varied audiences and, with this, the previously inferior layers can receive the relevance they deserve in the role of author and protagonist of her own story.

Keywords: Decoloniality; Coloniality; Manuel Querino; Subaltern Studies;

Sumário

INTRODUÇÃO	9
1. Do surgimento à expansão da decolonialidade	13
2. Modernidade, Colonialidade e permanências descritas por Aníbal Quijano	19
3. Pioneirismo e militância: A trajetória de Manuel Querino e suas implicações na história brasileira	32
Considerações Finais	39
Referências Bibliográficas	41

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo abordar o desenvolvimento da corrente historiográfica que compreende a história da América Latina pelo ponto de vista da produção intelectual de autores nativos. Dessa forma, essa visão representa uma ruptura nos estudos anteriormente eurocentristas e inaugura uma nova vertente que aponta as influências da inserção cultural europeia nos territórios colonizados e dá visibilidade as produções desempenhadas por intelectuais descendentes destas sociedades subordinadas ao domínio de nações opressoras e imperialistas. Contudo, significa a construção de uma área do conhecimento que se desdobra a partir do interesse de compreensão do fenômeno das leituras decoloniais, tendo em vista as escritas contra hegemônicas da história.

A decolonialidade é uma abordagem recente nas ciências sociais e humanas que aponta a permanência de influências europeias no campo da cultura, da economia e da religião desde o período colonial nas Américas, e que busca trazer à tona as resistências por parte dos povos subordinados.

Esse campo de estudos entende que, mesmo após o fim do colonialismo, a colonialidade continuou sendo reproduzida em narrativas do cotidiano que oprimem os povos historicamente dominados e silenciados pelo homem branco. Opressão que se faz presente em toda a sociedade, submetendo os indivíduos a perpetuar os costumes e as ações de domínio iniciadas desde a Conquista.¹

O trabalho aqui em questão foi elaborado a partir de extensas pesquisas e grande levantamento bibliográfico que caracterizam o que conhecemos atualmente como Estudos Decoloniais. Foi, então, com o auxílio dos escritos de Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel, entre tantos outros

¹ VALLE, Leonardo. 5 livros para entender o pensamento decolonial Abordagem que questiona opressão da colonização traz novo olhar para a sala de aula.2021.



emblemáticos estudiosos do tema decolonial, que se pôde avançar na tentativa de reinterpretar as ações, as causas e as consequências que decorreram da colonização européia nas Américas. Sobretudo, a análise realizada permite que seja possível localizar que a origem dessa perspectiva não está fincada no nosso espaço/tempo atual, mas que suas expressões podem ser notadas desde os séculos passados, em um período histórico que tal manifestação decolonial é explicitamente velada. No entanto, os esforços dos dominadores coloniais a fim de ocultar as demonstrações de resistência não foram suficientes para inibir o empenho de grandes intelectuais que reconhecem que além de mão-de-obra, representando a energia motriz capaz de fazer girar as engrenagens da modernidade e do sistema colonial capitalista, os povos indígenas e afrodescendentes que povoam o vasto território americano, também são condutores e portadores de ricas histórias e poderosas culturas fundamentais para se entender a constituição e o desenvolvimento da América Latina. Tal pesquisa só pode ser empreendida tendo em vista a complexidade dos inúmeros caminhos metodológicos que podem contribuir com a formulação de conhecimento neste campo.

Posto isso, um horizonte de expectativas a respeito da história da América e da colonização latino-americana apresenta-se como narrativas contra hegemônicas em uma história considerada como concisa e concreta. Todavia, a história passa a ser vista de amplas maneiras e interpretações, considerando as diferentes contribuições dos povos nativos e/ou trazidos para o domínio colonial e descartando a obrigatoriedade progressista presente na visão eurocentrista.

Desse modo, buscarei resgatar a figura de um intelectual agregado à sociedade brasileira do século XIX, que por sorte ou destino, pôde ocupar um espaço que há pouco não poderia ousar envolver-se. Ilustre homem que não se deve esquecer, a história da Bahia e do Brasil pode-se considerar fundamental em termos da história social e cultural da nação. Sua retórica ecoa desde o abolicionismo a liberdade até então. Atual e contemporâneo, Querino foi o primeiro intelectual brasileiro

afrodescendente a registrar a passagem da cultura africana para a cultura brasileira. Sendo assim, um homem admirável².

Artista, político, professor, funcionário público e intelectual – Manuel Querino reuniu em si as diversas vocações que o caracterizaram homem plural, múltiplo e fiel aos princípios democráticos e igualitários.

Neste sentido, é oportuno destacar que Manuel Raymundo Querino foi devidamente reconhecido por alguns intelectuais de sua obra como um dos primeiros historiadores negros a se dedicar a escrita da história do Brasil. Um dos principais focos de sua escrita foram as sobrevivências, os talentos e as práticas culturais negras e afrodescendentes, o que lhe rendeu uma vinculação a etnografia, antropologia, estudos afro-brasileiros e história.³

Dessa forma, a dimensão historiográfica da produção intelectual de Querino é uma questão em aberto na sua história de vida. Como asseverou Pereira ao explicar que:

O Manuel Querino enquanto historiador pode ser identificado em sua própria obra, na qual demonstrou preocupações similares aos intelectuais contemporâneos, vinculados a um lugar de produção do conhecimento histórico, como os institutos históricos e geográficos que se espalharam pelo Brasil depois da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838.⁴

Diante do exposto supracitado em sua obra historiográfica, jornalística, etnográfica e artística, Querino transformou-se em referência significativa para a compreensão dos processos de organização e desorganização dos trabalhadores, apontando seus mecanismos de defesa e confrontos na Bahia do século XIX e primeiros anos do XX,

² DIAS, Vânia . Quem foi Manuel Querino, intelectual negro baiano nascido há 182 anos. *BrasildeFato*, set, 2023

³ PEREIRA, Paulo Marcos. Manuel Querino e a escrita da história no Brasil republicano. *Latin American Journal of Development*, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 1068-1078, mai./jun. 2021.



⁴ Ibid., p. 1073

observando-se avanços e retrocessos da marcha em direção à autonomia da classe operária e da inclusão cidadã dos negros.⁵

Portanto, o trabalho em voga tem o objetivo de estabelecer uma relação dialógica entre a colonialidade, a modernidade e o pensamento decolonial, apresentando principalmente os autores desde Manuel Querino ao contemporâneo Aníbal Quijano, e construindo uma linha historiográfica contendo os pontos semelhantes e divergentes, que decorrem destas produções a respeito da história latinoamericana, com foco no Brasil.

O presente estudo está dividido em três capítulos, sendo o primeiro direcionado para tratar do surgimento à expansão da decolonialidade. O segundo capítulo trata da contextualização a partir da Modernidade, Colonialidade e permanências descritas por Aníbal Quijano; O terceiro capítulo consiste identificar e enfatizar a importância de estudar o pioneirismo e militância tendo em vista a trajetória de Manuel Querino e suas implicações na história brasileira, analisando assim a vida de Manuel Querino em que a história estaria associada à história do abolicionismo e da vida pós-abolição no Brasil, mais precisamente em relação a população afrodescendente.

No mais, dar-se-á as considerações finais sobre a temática, refletindo e observando as continuidades e discontinuidades trazidas por essas abordagens.

⁵ LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Querino entre letras e lutas – Bahia: 1851-1923

(Tese) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p.366, 2004.



1. Do surgimento à expansão da decolonialidade

Para que seja possível introduzir um debate a respeito dos estudos decoloniais, é necessário que se faça o exercício de remeter-se ao passado e concentrar os olhares e o pensamento em alguns conceitos básicos na compreensão dessa vertente. Apesar de pouco explorada, a corrente da história decolonial surgiu a partir da expansão dos Estudos Subalternos que se originaram primeiramente no sul asiático e depois expandiram para o sul da América.

Este grupo teria o intuito de contemplar as visões marginalizadas a respeito da história local e, sendo esse o ponto de partida, essa revisão historiográfica centralizou os olhares para as narrativas pós-colonialistas, abordando pela primeira vez, o processo de construção das nações e agrupamentos da América Latina de maneira original por aqueles que vivenciaram o período de ocupação e colonização de tais terras.⁶

No mais, algumas interpretações feitas pelo Grupo Sul-Asiático foram superadas por estudiosos latinoamericanos que desmembraram-se da recorrência à abordagens eurocentristas e reconhecem que, no território americano, algumas experiências foram distintas das experiências vividas pelos povos asiáticos como afirma a historiadora Carla de Oliveira: “A reivindicação de um estudo pós-colonial voltado para a América Latina corresponde ao fato de que tiveram um passado colonial distinto do que foi, por exemplo, nos territórios asiáticos e africanos.” (ESPANHOL. 2017. p 3)

Todavia, é imprescindível que analisemos os elementos componentes dos Estudos Subalternos pois, a partir deles, foi possível inaugurar uma conjectura decolonial para a história latinoamericana. Apesar da reincidência de conceitos eurocentristas, as análises realizadas no início da década de 1980 representavam uma tentativa de reescrita da narrativa referente à história da Índia Colonial como assinalou Figueiredo ao dizer que:

⁶ “Distintos dos conhecimentos produzidos pelo colonialismo, os estudos pós-coloniais respondem a dominação política e econômica que se exerce de um povo sobre outro [...]” (NASCIMENTO,

SANTANA, p.168, 2020)

É válido lembrar, então, que uma importante prerrogativa para o desenvolvimento do Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiático foi reescrever a trajetória da Índia Colonial de um distinto e separado ponto de vista, o das massas, promovendo uma história alternativa com relação ao discurso oficial dos historiadores [...].⁷

Com isso, o mesmo autor complementa apresentando a utilização do termo *subalterno* como símbolo de algo suprimido, visto que a interpretação das massas a respeito de sua história havia sido ignorada por parte dos mais diversos autores até então.⁸

O termo decolonial assume um papel essencial de condutor de novas perspectivas de uma história que nos foi imposta por muitos anos, porém nunca confrontada.⁹ A sua importância se dá no sentido de que, a partir dos estudos decoloniais, pode-se compreender que o eurocentrismo e a dominação europeia que se iniciou com a difusão do capitalismo e as ocupações das terras americanas, em sua maioria, constituíram um mecanismo capaz de silenciar por completo as sociedades e os povos que habitavam os territórios conquistados.

Sobre isso, os autores Luis Fernandes de Oliveira e Danielle Tudes Pereira Silva apontaram:

Ou seja, desde esse período e entre os séculos XVI e XX, inventam-se na Europa algumas ideias que se pretendem universais. Podemos destacar entre essas ideias/crenças concepção de uma história mundial eurocentrada, cuja trajetória seria um percurso evolutivo, um progresso linear rumo à civilização.¹⁰

⁷ FIGUEREDO, Carlos Vinícius da Silva. Estudos subalternos: uma introdução. Raído, Dourados, MS, v. 4, n. 7, jan./jun. p.85, 2010.

⁸ “[..]. ‘subalterno’, não apenas como uma palavra clássica para o oprimido, mas como representação dos que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente.” (FIGUEIREDO. 2010. p. 85).

⁹ “O olhar decolonial, ao questionar o projeto moderno, eurocêntrico e ocidentalizante de ciência, tem se colocado como lente capaz de denunciar e questionar de modo complexo a sofisticação discriminatória das bases epistêmicas na ciência de forma geral [...]” (SANTOS, 2018).

¹⁰ OLIVEIRA, L. F.; SILVA, D. T. P. Os significados da perspectiva Modernidade/Colonialidade. Revista eletrônica Esquieduca, v.11, nº23,p.8, 2019

Acrescenta ainda Oliveira e Silva ao afirmarem que: “[...] a Europa construiu uma razão científica universal em detrimento da razão do outro, os povos colonizados [...]”.¹¹

Nesse quesito, alguns pesquisadores inauguraram um entendimento de que a instauração da modernidade trazia consigo o estabelecimento de um racismo epistêmico¹², que representaria essa anulação do outro, seja nos seus comportamentos, produções e nas mais diversas expressões que corroboram a individualidade do ser. Esses autores dedicaram um espaço de suas pesquisas apontando que essa segregação epistêmica atua como uma espécie de molde que regulamenta e filtra os conhecimentos e saberes produzidos pela população e separa aqueles que não são considerados aceitáveis, visto que apresentam outras metodologias e visões mais abrangentes, como a autora Eloise Damázio que mencionou que o “[...] controle epistêmico que possibilitou e continua possibilitando a existência de um sistema de conhecimento que atua reforçando a superioridade de determinados povos e conhecimentos em detrimento de outros.”¹³

No entanto, a contribuição decolonial que propagou-se da historiografia adentrando nos campos da epistemologia, vêm gerando um cenário de visibilidade e de quebra de paradigmas enredados nas sociedades desde o período colonial.¹⁴ Em sua maioria, os pesquisadores decoloniais empregam a obra *Orientalismo* de Edward Said, como símbolo que exemplifica como o colonialismo e o imperialismo trabalham e permanecem constituindo padrões niveladores e excludentes na sociedade e inaugura essa busca por novas formas de se ver e estar no

¹¹ OLIVEIRA, L. F.; SILVA, D. T. P. Os significados da perspectiva Modernidade/Colonialidade. Revista eletrônica Esquieduca, v.11, nº23,p.09, 2019

¹² “[...]criação de artifícios para negar qualquer possibilidade de reconhecimento das formas de organização, de pensamento, e de conhecimentos desses povos, sendo a ‘descoberta’ do Novo Mundo um momento inaugural de constituição do outro como inferior.”(OLIVEIRA, SILVA, 2019)

¹³ DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter et al. Colonialidade e decolonialidade da (anthropos) logia jurídica: da universalidade a pluri-versalidade epistêmica(Tese)Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, SC, p, 19, 2011.

¹⁴ “[...]o projeto decolonial se distingue dos conhecimentos tradicionais ao produzirem metodologias e teorias plurais, deslocando os eixos colonizadores, criados a fim de perpetuar as dominações de poderes e saberes produzidos pelas relações coloniais.” (NASCIMENTO, SANTANA, 2020)

mundo contemporâneo, rompendo com as narrativas tradicionais e fundando uma nova cadeia de interpretações globais.

Desse modo, o historiador Muryatan Barbosa (2012) descreve a decolonialidade como:

A decolonialidade consiste em uma postura teórica que denuncia o poder imperial como fator determinante na criação e imposição das subjetividades, propondo uma posição que desafia e rompe com a lógica e a visão eurocêntrica fortemente presente e dominante nas ciências sociais e humanas.¹⁵

No que tange às consequências dessa ruptura, estabeleceram-se certas ramificações na trajetória da decolonialidade. A partir do distanciamento do Grupo de Estudos Subalternos, ao analisarem as estruturas coloniais e suas influências no cotidiano da sociedade vigente, os historiadores e pesquisadores do assunto categorizam a colonialidade em quatro segmentos: colonialidade do saber, do ser, da natureza e do gênero. Esse compilado descreveria o poder da colonialidade na existência dos descendentes de uma população que foi colonizada por uma nação imperialista. Sendo assim, tornou-se possível reconhecer mais precisamente a opressão desempenhada pelas metrópoles em suas colônias, nas áreas sociais, políticas, culturais, econômicas e cognitivas dos indivíduos ali subordinados.

Cada divisão a respeito da colonialidade seria trabalhada a fundo por um historiador, como o caso da colonialidade do saber que foi esmiuçada por Edgardo Lander ¹⁶, sendo ele o precursor daquilo que citamos acima como racismo epistêmico. Foi a partir de suas obras que tornou-se possível a compreensão da ideia de que somente o conhecimento eurocêntrico e sua forma de aquisição de saberes seria

¹⁵ BARBOSA, Muryatan Santana. 2012. A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (TESE) UNESCO. São Paulo: USP. P.119, 2012.

¹⁶ LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.



válida para os demais consumidores, tanto na área acadêmica, quanto no espaço fora das universidades¹⁷

Não obstante, o filósofo Nelson Maldonado-Torres atentou-se em destrinchar o que conhecemos por colonialidade do ser. Esse ramo conjuga-se de acordo com o entendimento de que o conhecimento eurocêntrico seria o único legítimo e aceito pela sociedade, resultando na anulação daqueles produzidos de maneira oposta ao padrão europeu. Posto isso, conclui-se que os indivíduos que permanecem com suas aspirações naturais e não compactuam das assimilações realizadas por parte dos colonizadores, são negados e anulados da vida comum, culminando na marginalização dos mesmos.

A desqualificação das esferas essenciais para a vida humana é notada também através da colonialidade da natureza, discutida pelos autores: Héctor Alimonda, Aníbal Quijano e Arturo Escobar. Em diferentes obras, eles configuram a ideia de que, no imaginário europeu, o território latinoamericano foi descoberto e conquistado pelos mesmos, sendo de sua posse e controle, tornando assim as terras recém dominadas um grande laboratório de exploração e uma reserva de riquezas que manteriam os cofres da Coroa livres de qualquer suspeita de desmoroamento.

Posteriormente, esse Grupo de Estudos Decoloniais acolheram outros intelectuais que se atentaram às novas vertentes da historiografia em questão, como aconteceu com Maria Lugones, Zulma Palermo, Rita Segato e Ochy Curiel, empenhadas em reunir os fatores que demonstram, ainda hoje, a permanência de uma universalidade de conceitos e padrões, resultando em uma desconsideração das experiências únicas de cada local.

De maneira específica, analisaram a influência da colonialidade na compreensão dos gêneros e dos espaços de fala dos povos silenciados.

¹⁷ “Nesse sentido, o eurocentrismo funciona como um locus epistêmico de onde se constrói um modelo de conhecimento que, por um lado, universaliza a experiência local europeia como modelo normativo a seguir e, por outro, designa seus dispositivos de conhecimento como os únicos válidos.” (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019).



Não menos importante também, deve-se citar ainda o escritor e filósofo Enrique Dussel, sendo ele responsável pelo desenvolvimento da *Filosofia da Libertação*, que reforçaria esse esforço analítico em busca de um rompimento com a estrutura imposta pela colonialidade e o desejo de reformular as formas de ser e estar no mundo contemporâneo.¹⁸

Por fim, conforme os aspectos aqui citados, o campo da história decolonial foi construído gradualmente por este conjunto de representantes que buscam dar voz e espaço aqueles que por um vasto período foram submetidos ao esquecimento e as mais cruéis formas de exploração, tanto da força de seu trabalho, quanto da natureza rica que, por direito, lhes pertencia.

Sobretudo, o intuito dessa corrente não se reduz em reescrever uma história limitada, mas também expressa a dedicação de grandes remanescentes dessas civilizações em abrir um horizonte de relatos, narrativas e interpretações que possam sempre corroborar a resistência e a luta desses povos, nos quais através da persistência e da coletividade, quebraram paradigmas, criaram memória e deram um novo rumo aos seus descendentes.

Portanto, em síntese dos argumentos aqui expostos, pode-se dizer que a decolonialidade teve o objetivo de apresentar um novo ponto de vista, que privilegia uma camada inferiorizada.

¹⁸ “[...]Esse diálogo crítico é indispensável para que se libere o caminho para que a FL de Enrique Dussel contribua para o exercício nos EOs de uma crítica que negue, lado a lado com as vítimas, a validade do sistema que explora e oprime e que, simultaneamente, se envolva com a afirmação da vida humana em comunidade e, portanto, com a práxis da libertação.” (MISOCZKY, 2014, p.286)



2. Modernidade, Colonialidade e permanências descritas por Aníbal Quijano

Dando prosseguimento à análise da formação da historiografia decolonial, essa segunda etapa está voltada para conhecermos um pouco mais a trajetória de vida de Aníbal Quijano e suas contribuições a partir do desenvolvimento do conceito de *colonialidade do poder*.

Aníbal Quijano nasceu em 17 de novembro de 1928, em San Vicente de Cañete, no Peru, e faleceu em 31 de maio de 2018. Formado em Sociologia pela Universidade Nacional Maior de San Marcos, o escritor e pesquisador ganhou reconhecimento através de seus estudos sobre a influência da colonialidade no cotidiano das sociedades latinoamericanas, apontando a continuidade das estruturas de poder formadas ainda no período colonial e que permanecem vivas e atuantes nos dias de hoje.

Quijano recebeu notoriedade por desenvolver o conceito que já citamos e iremos analisar mais a fundo posteriormente de ‘colonialidade do poder’ e foi membro responsável por fundar o Grupo Modernidade/Colonialidade em conjunto com as mais diversas figuras essenciais para os Estudos Decoloniais. Assim, tomou a frente de um movimento na historiografia que foi em busca de uma renovação epistemológica, tendo o intuito de protagonizar os agentes subordinados e evidenciar que a matriz colonial de poder (MCP) funciona como base para o racismo epistêmico e influencia as relações de trabalho abusivas, relações sociais, expressões culturais e políticas, afetando o imaginário das gerações descendentes da colonização.

Primeiramente, é importante tomar como ponto de partida a concepção em que se baseiam os estudos decoloniais. Essa construção mental compreende que o pensamento eurocêntrico foi fundamentado no silenciamento de diferentes culturas e sociedades e corroborado através da instituição da existência de uma classificação dos indivíduos em categorias nomeadas como ‘raças’. Essa categorização racial só se tornou possível devido a colonização específica que ocorria nas Américas

e desenvolveu-se tão ativamente nas colônias conquistadas que as consequências desse feito encontram-se enraizadas até os dias atuais.¹⁹

A respeito dessa construção classificatória e excludente do pensamento moderno, Quijano (2005) aponta a instauração do conceito de raça na sociedade como:

uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela Conquista [...]. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados.²⁰

Sendo assim, a origem do mecanismo racial se deu devido às relações desempenhadas no período colonial da América, a fim de categorizar a massa populacional ali existente e justificar os atos cometidos para com os habitantes e trabalhadores da terra ocupada.

O conceito foi então posteriormente disseminado pelo mundo colonial/moderno com o intuito de ratificar as novas relações sociais, pessoais e/ou de trabalho que estavam sendo formadas. Originava-se ali, novas formas de exploração social com a prerrogativa na matriz colonial do poder que impulsionava o lugar ocupado pelos colonizadores e subordinava seus colonizados a preencherem os papéis subjugados para favorecimento dos dominadores. Ou seja, a racialização significou um longo e permanente processo de substituição da identidade natural dos colonizados, pela identidade imposta por seus dominadores, concentrando as demais etnias em uma única categoria (índios) e apagando a individualidade das sociedades existentes no território conhecido como América.

Dessa forma, Quijano (2005) detalha o resultado da atuação da colonialidade no esforço de anular as características das populações indígenas e negras:

¹⁹ “Produto mental original e específico da conquista e colonização das Américas.” (QUIJANO, 2005, p. 18)

²⁰ QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso. p.18, 2005.

Uma das mais ricas heranças intelectuais e artísticas da espécie não só ficou destruída, mas, sobretudo, sua parte mais elaborada, mais desenvolvida e avançada ficou inacessível para os sobreviventes desse mundo. Daí em diante, e até não há muito, eles não poderiam ter ou produzir signos e símbolos próprios senão nas distorções da clandestinidade ou nessa peculiar dialética entre a imitação e a subversão, característica do conflito cultural, principalmente nas regiões andino-amazônica, centro e norte-americanas.²¹

O autor ainda acrescenta que o crescimento territorial e a expansão do mercado ibérico só foi possível devido ao massacre populacional e a exploração racial desempenhada pelos dominadores sobre os povos dominados e sequestrados como ocorreu com as populações africanas trazidas exclusivamente para a exploração de mão-de-obra e escravização.^{22 23}

Nesse contexto, diferentes formas de utilização do trabalho foram concebidas, operando de maneira simultânea e constituindo um centro de controle do trabalho, das subjetividades, dos recursos e produtos gerados pelos dominados. Sincronicamente com o crescimento da economia capitalista, houve também a efetiva racialização no campo do trabalho, em que a categoria branca preenche a vertente de domínio e autoridade, subordinando as raças distintas tidas como inferiores por natureza.²⁴

Na obra de Quijano conhecida por descrever precisamente como a colonialidade do poder foi desenvolvida e colocada em prática pelos

²¹ QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso., p.16, 2005.

²² “[...] foi exclusivamente o controle colonial da América e do trabalho gratuito de “negros” e de “índios”, produzindo minerais e vegetais preciosos que permitiu aos dominadores entre os colonizadores não só começar a ter uma posição importante no mercado mundial, mas sobretudo a concentração de ingentes benefícios comerciais e junto com eles também concentrar em seus próprios países o assalariamento ou mercantilização da força de trabalho local.” (QUIJANO, 2005, p.21)

²³ “... o capital se desenvolveu na Europa não somente associado a, mas antes de tudo fundado nas demais formas de exploração do trabalho e sobretudo na escravidão “negra”[...] e na servidão “índia”[...]”. (QUIJANO, 2005, p.22)

²⁴ “Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada.” (QUIJANO, 2005, p.119)



colonizadores europeus, o autor chega à conclusão que todo o conjunto de mecanismos elaborados nesse período foi responsável por proporcionar aos conquistadores um impulso rumo ao controle do mercado mundial e a transformação do Império Português em potência mundial.²⁵ Todavia, a má administração por parte dos portugueses ao longo do período colonial representou um retrocesso na corrida em direção a globalização e a modernidade, fazendo com que Portugal passasse de potência em ascensão para um território obscuro e decadente, distante das nações das Luzes.²⁶

Contudo, um fator imprescindível na concepção de Quijano consiste no entendimento de que todas essas ações de domínio e exploração se concentram no imaginário da colonialidade do poder que permanece vivo nas civilizações contemporâneas mesmo após o fim dos governos coloniais.

Desse modo, é válido introduzir neste discurso a interpretação que Quijano tem a respeito da manutenção da colonialidade:

Consideramos que, com o fim do colonialismo, cessa a dominação territorial; entretanto, para além do território geográfico em termos estritos, o colonialismo permanece como que reinventado enquanto colonialidade, amparando-se “na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular [...]”.²⁷

Incumbiu-se o autor a tarefa de descolonizar o conhecimento latinoamericano que havia sido construído com base eurocêntrica. Desde suas primeiras pesquisas, Quijano sinaliza que o sistema de dominação estabelecido no período colonial foi precursor da classificação social por raça que, continuamente, seguimos denunciando e lutando para pôr um

²⁵ Ver (QUIJANO, 2005, p. 119)

²⁶ “[...]aquele senhorio cavaleiresco, dominante e beneficiário imediato do primeiro período da colonialidade do poder e da modernidade, já era arcaico demais para cavalgar sobre este novo e arisco cavalo, e conduzi-lo em benefício de seu país.” (QUIJANO, 2005, p.12)

²⁷ QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p.14, 2005.



fim a essa divisão excludente.²⁸ Desse modo, o autor sintetiza que a ação colonialista opera diretamente nos campos da raça, do gênero e do trabalho, sendo corroborada pela dimensão epistemológica²⁹ e psíquica desenvolvida nesse período.³⁰

Sobre esse assunto, é importante enfatizar que houve um conjunto de acontecimentos que desencadearam na consolidação da colonialidade e de suas formas de atuação no cotidiano da sociedade da época, sendo de tanta influência, que perdurou até o nosso período vigente. Partindo do princípio, a fundação do colonialismo e da colonialidade veio juntamente com a estreia do que conhecemos como modernidade. Essa última havia inaugurado um período de grandes missões por parte dos europeus, rumo ao desconhecido, aos mares intocados e as terras inabitadas para além dos oceanos.

Dos séculos XV ao XVII, os impérios que tinham em sua posse mais recursos marítimos, mais capital para investimento e carregavam a ganância de expandirem seus domínios, foram em busca de alcançarem as riquezas desconhecidas e explorar os territórios que ainda não tinham governos fincados.

Dentro desse período, também ocorreram as transformações mais influentes nos campos da religião e da economia. A renovação epistemológica que citamos anteriormente foi iniciada a partir das transformações que ocorreram na vertente doutrinária em questão, visto que, em decorrência da Reforma Protestante (Séc. XVI), sucedeu-se o afastamento da crença unicamente teológica e uma valorização das ciências e dos saberes humanos, promovendo assim as aspirações e relações do homem em sociedade.

²⁸ “[...] raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder na nova sociedade.” (QUIJANO, 2005, p. 118)

²⁹ “Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo período de tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como naturais, conseqüentemente como dadas, não suscetíveis de ser questionadas.” (QUIJANO, 2009)

³⁰ “A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa, é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos.” (QUIJANO, 2005 - p. 117)



Visando esse evento, pode-se mencionar que essas rupturas propiciaram alguns episódios importantes que, por fim, culminaram no estabelecimento do capitalismo. Contudo, nosso intuito aqui é elencar o cenário que proporcionaram circunstâncias favoráveis para a instituição de novos padrões de poder, de conhecimento e de condutas por parte primeiramente dos europeus e, em sequência, por aqueles que foram doutrinados pela mesma cultura.

No ano de 1688, ocorreu na Inglaterra uma revolução que representou o fim das monarquias absolutistas, ou seja, a quebra do governo autoritário e usurpador que dominava a nação inglesa e iniciou-se uma monarquia pautada em uma constituição, que configurava um regulamento com base não mais em doutrinas regidas pela Igreja, mas em um estatuto de leis desenvolvido pela esfera social empenhada no progresso da nação e do continente europeu.

Esse evento sucedeu vários efeitos na sociedade não só inglesa. Suas consequências são notáveis para as civilizações contemporâneas nos territórios além-mar, quando pensamos que a partir disso, a burguesia alcançou um patamar de alta influência social e passou comandar o sistema econômico da época, expandindo as relações comerciais, estabelecendo a pluralização do mercado e provocando a liberdade e a exploração de novos meios de produção e negociação.

Todavia, as colaborações desse avanço comercial, tecnológico e social que se iniciou nesse período não foram apenas positivas para a sociedade. Esse crescente impulso ao desenvolvimento só era capaz de ser bem sucedido caso houvesse uma força motriz para embalar os trabalhos que ali foram gerados. Sendo assim, os europeus começaram a procurar mecanismos que possibilitasse essa arrancada em busca do progresso, que se caracterizava a partir das conquistas territoriais, das fundações mercantis, das expedições e expansões marítimas, e sobretudo, da dominação e inclusão da cultura e das crenças eurocentristas.

Com isso, os europeus lançaram-se aos mares a fim de encontrarem recursos que concedessem ao seu império poder, estima e



prosperidade. Nessa empreitada, eles deparam-se com nativos de diferentes línguas, costumes e aspectos corporais, que habitavam uma terra rica em natureza, diversidade e bens naturais e que ainda não havia sido explorada por ninguém considerado 'civilizado'. Dessa forma, concluem ser de sua responsabilidade, levar a verdade, a civilidade e a luz a esses homens que não obtinham nenhuma referência válida a ser seguida.

Ainda nesse momento, dá-se origem à modernidade e aos processos que ela carrega consigo ocultamente, como é o caso do colonialismo e da colonialidade. O grande fervor em alcançar o sonhado progresso permite que os europeus desconsiderem o que seria adequado/correto ou não. Eles, por sua vez, focam a atenção apenas nos benefícios que as explorações poderiam levar às metrópoles e utilizam de todos os meios necessários para apossar-se dos bens que haviam encontrado no Novo Mundo.

Daí em diante, instaura-se no território americano uma organização social firmada na exploração, na apropriação e na desigualdade, que logo resultaria na mais maléfica estrutura de governo que conduziu uma vasta faixa de terra e perdurou por milhares de anos, deixando marcas insuperáveis nas sociedades subsequentes ao período colonial.³¹

À vista disso, um fator indispensável a respeito da colonialidade é que, segundo Mignolo, inevitavelmente a modernidade induz a atuação da colonialidade no meio social. Não seria possível a instauração das estruturas modernas de governo e civilização, sem que houvesse a prática da colonialidade no cotidiano dos indivíduos ali sujeitos à evolução. Por conseguinte, quem se opusesse a essa missão civilizatória dos europeus, que traria um bem comum a todos os envolvidos,

³¹ “Assim, ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis.” (MIGNOLO, 2017, p.4)

acabavam tornando-se inimigos e culpados por estarem contra a salvação e o avanço da população.³²

Sendo assim, os protocolos e procedimentos tomados por parte dos colonizadores seriam daí por diante, justificados em prol de um propósito maior, pois somente através da utilização de todos os meios necessários para a imposição da colonialidade tornaria possível alcançar um patamar elevado de civilização e desenvolvimento.³³

Ao final da década de 80, já no século XX, pode-se observar o que representou uma espécie de marco inicial no qual Quijano e os diversos autores aqui citados dissertam sobre a continuidade dessas práticas exploratórias e da apropriação invisível de uma cultura externa realizada por um governo dominante sob os povos colonizados, acontecendo de maneira específica no território latinoamericano.

Partindo desse princípio, o movimento decolonial originou-se ao final do mesmo século, em decorrência da formação de um grupo nomeado como M/C (Modernidade/Colonialidade), que reuniu grandes pesquisadores responsáveis por romper com os paradigmas estabelecidos e, por conseguinte, tornaram-se autores de uma história que atribui um papel fundamental às camadas periféricas e colonizadas.

Para esses autores, as análises feitas anteriormente a respeito da fundação dos países e do desenvolvimento dos territórios latino-americanos foram realizadas de maneira eurocêntrica, com artifícios e considerações excludentes, nas quais o papel do colonizador representava a figura de salvador e condutor da civilização necessária aos povos tidos como selvagens e passíveis de serem dominados por uma força maior.³⁴ Sendo assim, foi atribuído ao europeu (colonizador) um papel de portador da razão (conhecimento aceito), do poder e do

³² “Para o moderno, o bárbaro tem uma ‘culpa’ por se opor que permite à Modernidade apresentar-se não apenas como vítima/inocente, mas também, como emancipadora dessa culpa de suas próprias vítimas.” (DUSSEL, 2000, p.49)

³³ “Como o bárbaro se opõe ao processo civilizatório, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se for necessário, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).” (DUSSEL, 2000 - p.49)(BALLESTRIN, 2013 - p.102)

³⁴ “A identificação dos povos de acordo com suas faltas ou excessos é uma marca fundamental da diferença colonial, produzida e reproduzida pela colonialidade do poder, do saber e do ser.” (MALDONADO-TORRES, Nelson, 2008 - p.147)

controle dos mecanismos de subsistência, resultando na subalternização dos povos nativos (colonizados) e suas especificidades.³⁵

Dentro dessa interpretação sobre o civilizado e o incivil, podemos citar a percepção de racionalidade encontrada nos escritos de Francis Bacon, filósofo clássico e revolucionário, principal autor da teoria empirista moderna. Para ele, o homem que obtinha o conhecimento da natureza e de suas formas, adquire, por consequência, o domínio e poder sobre os demais, sendo assim, “ciência e poder coincidem” (BACON, 1984, p.6). Posto isto, inicia-se uma diferenciação entre o Humano (europeu) x Não Humano (colonizados), fazendo com que a ideia da colonialidade possa ser corroborada e disseminada, nos mais diversos espaços do mundo moderno.

O elemento crucial para nossa compreensão, refere-se ao ponto de que o término da colonização das Américas não representou automaticamente o fim da colonialidade. Em virtude disso, é importante enfatizar que existe uma distinção entre os termos principais da discussão atual, sendo eles a ideia de colonialidade e colonialismo. Para destrinchar sobre tais conceitos, utilizamos um trecho da narrativa de Vivian Matias dos Santos:

[..] é referente ao entendimento de que o término das administrações coloniais e a emergência dos Estados-nação não significam o fim da dominação colonial. Há, como afirma o autor, a continuidade da estrutura de poder colonial e, portanto, da dominação colonial, por meio do que denomina colonialidade sendo, então, posta a necessidade de um movimento teórico-político de contraposição: o decolonial.³⁶

Desse modo, o colonialismo transmite ideia da execução de práticas e atividades hierárquicas de dominação e subordinação desempenhadas por uma esfera individual em detrimento de outra

³⁵ “No século XVIII, o “sangue” como marcador de raça/racismo foi transferido para a pele e a teologia foi deslocada pela filosofia secular e pelas ciências.” (MIGNOLO, OLIVEIRA, 2017, p.5)

³⁶ SANTOS, Vivian Matias. Notas desobedientes: Decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. Psicologia e Sociedade. Recife, Vol. 30. Dezembro, p.4, 2018.

camada social. O termo tem como objetivo exemplificar a manifestação de poder desenvolvida por parte dos países que instalaram uma hegemonia tanto no campo social, quanto de maneira cultural e política na vasta faixa territorial das Américas e fixaram assim uma identidade compreendida como soberana sob as demais.³⁷

Todavia, essas ações foram possíveis de serem efetuadas a partir da construção de um imaginário que justificasse qualquer decisão tomada, independente de sua natureza. Esse imaginário tinha seu alicerce no pilar da modernidade e na retórica progressista de desenvolvimento e expansão da Europa, que proporcionava consequentemente a salvação para os povos nativos sem civilização.

Contudo, o pensamento progressista induziu as nações colonizadoras a atuarem de maneira eficaz a fim de conquistarem cada vez mais poder e domínio sobre a terra. O professor e filósofo Walter Mignolo aponta em sua obra que, com base no argumento da modernidade, os europeus iniciaram uma grande empreitada para aquisição de terras e riquezas no continente 'recém-descoberto'. Com isso, qualquer obstáculo que se pusesse contra a missão de salvação e crescimento das nações europeias era descartado, visto que, o intuito da missão seria a evolução de toda a população envolvida.³⁸

Em contrapartida, a colonialidade faz alusão à permanência dessas ações de dominação, perpetuando a inferiorização do que considerou desigual, estabelecendo assim, um padrão aceitável de costumes e comportamentos, tendo em vista o conhecimento.

Sobretudo, o conceito representa a hegemonia de um governo opressor que, de maneira gradativa, ocasionou o silenciamento das

³⁷ “refere-se estritamente, a estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão localizadas em outra jurisdição territorial.” (QUIJANO, 2009, p.73)

³⁸ “Assim, ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis.” (MIGNOLO, OLIVEIRA, 2017, p.4)

culturas e expressões sociais das colônias dominadas, mesmo após sua independência formal.³⁹

Dissertando ainda sobre a colonialidade, pode-se incluir o pensamento de Luciana Ballestrin que diz: “O que o conceito de colonialidade do poder traz de novo é a leitura da raça e do racismo como “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo.”⁴⁰

Essencialmente, a opção decolonial como nomeia Walter Mignolo, teria sido fundada a partir das primeiras manifestações de resistência por parte dos intelectuais americanos, que ao desprender-se das raízes até então, voltadas para as considerações dos estudos restritos estadunidenses e dos estudos subalternos do Sul da Índia, ganharam novas e importantes considerações, representando efetivamente as camadas excluídas e marginalizadas pela história tradicional.⁴¹

Nos escritos decoloniais, a expressão “*giro decolonial*” foi utilizada pela primeira vez por Aníbal Quijano, atribuída a transformação acerca da narrativa focada em constatar o desenvolvimento das sociedades americanas e as consequências de um longo período colonial que ocorreu desde a ocupação dos europeus. O emprego dessa expressão buscaria então anunciar uma versão que representaria um distanciamento dos Estudos Subalternos e exemplificaria as vivências específicas de colonização, trazendo críticas epistemológicas a respeito das bases históricas da colonização/modernidade e enfatizando os efeitos que o modelo econômico e a forma de governo da época acarretaram no continente americano contemporâneo.

Como conclusão, pode-se compreender que: “[...] a proposta decolonial vai, então, desde a denúncia à colonialidade até a proposta de

³⁹ Ver Quijano, 2000 - p.342

⁴⁰ BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - ago, 101, 2013.

⁴¹ “[...] o pensamento e a ação decolonial surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeus, onde são acionados.” (MIGNOLO, 2017, p. 2)

construção de um movimento insurgente que rompa com a base epistêmica moderna.”⁴²

Ao longo do tempo, os Estudos Decoloniais passam a ocupar cada vez mais espaço em diversas áreas da historiografia e campos de pesquisa. Tais estudos passam a ser considerados essenciais para o entendimento de que o colonialismo teria simbolizado a inauguração de uma matriz característica da colonialidade e que as práticas executadas por essa matriz, teriam consequências significativas não só para a história da colonização, mas, igualmente, para o cotidiano das sociedades posteriores ao período colonial.

Dentre as influências da colonialidade na história latinoamericana, pode-se citar a ideia de que na concepção eurocentrista, a origem da modernidade seria marcada pela Conquista e colonização da América ao final do séc. XV e não mais representada pelo Iluminismo, posteriormente, no séc. XVIII; também, aqui vale acrescentar a importância do desenvolvimento do capitalismo nessa empreitada e a criação das dinâmicas de governo que se sucedem a partir da expansão do colonialismo; a imposição de um padrão de poder considerado civilizado/moderno e a absorção das práticas da colonialidade ⁴³ conjuntamente com a anulação das características e subjetividades originárias dos povos colonizados.

Acerca do assunto, oportuna a transcrição das lições de Quintero e Elizalde, como afirmou os citados autores que explicam que: “Todos acarretam no “surgimento de um sistema inédito de dominação e de exploração social, e com eles um novo modelo de conflito”⁴⁴

Neste sentido, pode-se concluir que Quijano ocupou o papel essencial inaugurando a consciência que ficou conhecida como colonialidade do poder e apresentando as influências dessa ideologia que

⁴² SANTOS, Vivian Matias. Notas desobedientes: Decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia e Sociedade*. Recife, Vol. 30. Dezembro, p.4, 2018.

⁴³ A respeito da colonialidade, Quijano descreve: “[...]sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder.” (QUIJANO, 2009, p.73)

⁴⁴ QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. Trad. Sérgio Molina e Rubia Goldoni. São Paulo: MASP Afterall, p.5, 2019.



se mantém viva através das reproduções de padrões de pensamento, de produção de conhecimento e pelo controle dos elementos presentes na sociedade.



3. Pioneirismo e militância: A trajetória de Manuel Querino e suas implicações na história brasileira

Caminhando para o fim deste trabalho, coloca-se em pauta se realmente, a decolonialidade representou uma esfera completamente nova nos estudos a respeito da América e, particularmente, do Brasil. Como um elemento tão inovador e importante para a estrutura social pôde ter sido apagado por tanto tempo na história? Há muitos pontos a serem discutidos não apenas nesta dissertação, mas nos trabalhos vindouros que muitos estudiosos e pesquisadores ainda irão produzir a fim de contemplar as histórias que, por muitos anos, ocuparam a margem e foram levadas ao esquecimento da população.

Entretanto, trazemos à luz, uma figura existente já no século XIX que representou um emblema nacional na luta para a valorização e reconhecimento da contribuição negra na constituição do que hoje é o Brasil.

Manuel Raymundo Querino foi um grande revolucionário - ainda que pouco aclamado pelos intelectuais da atualidade -, nascido na Bahia em 1851, que se consagrou como sinônimo de resistência e garra em uma sociedade completamente excludente e racista, que não só impunha seus ideais, como também, inferiorizava aqueles que não eram de acordo e com isso, consideravam conveniente.

Querino tornou-se órfão ainda muito jovem devido à uma epidemia que alastrou-se por todo o país na época, ceifando a vida de seus pais. Sucedeu assim que o bondoso rapaz fosse direcionado a uma casa de caridade, sendo posteriormente, posto a tutela de um homem branco e agraciado de recursos por ocupar um lugar na elite do Estado.

No mais, seu tutor era Manuel Correia Garcia, um político ativo e educador que permitiu com que Querino tivesse acesso à leitura e à escrita. Apesar de seu tutor ter reservado a ele um futuro como artesão, investindo em suas habilidades manuais e artísticas, visto que Querino era um menino negro e sua posição social não favorável para ascensão, Querino aprendeu a ler e a escrever, tornando-se letrado e instruído, algo

que significava não só uma raridade como um privilégio considerando que muitos de seus contemporâneos e semelhantes ainda viviam em um regime escravocrata.

A partir das oportunidades que lhe foram postas e sua determinação em evoluir pessoalmente, o estudioso rapaz baiano foi em busca de desenvolver-se profissionalmente e expandir seus conhecimentos. Assim, ingressou no Liceu de Artes e Ofícios como aluno fundador e, em seguida, ocupou o mesmo lugar na recém-inaugurada Escola de Belas Artes entre as décadas de 70-80.

Graduou-se em desenho industrial e, após uma jornada atuando na retaguarda das Forças Armadas durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), retornou ao campo intelectual dedicando-se à produção de obras literárias e visuais a respeito da cultura nacional.⁴⁵

Com um olhar inovador ao retratar as artes e o cotidiano baiano a partir de suas obras, Querino começa a identificar as lacunas existentes na sociedade de Oitocentos. A consciência de que os negros eram marginalizados e menosprezados pela história perseguia Querino, o que fez com que ele iniciasse um movimento em prol da valorização e manifestação da relevância do povo negro na construção da identidade nacional e do território brasileiro.

Seu entendimento social estava pautado na base da educação, a qual compreendia que, através da instrução e do acesso a educação básica e gratuita, os negros - recém-libertos - alcançariam uma efetiva e bem-sucedida participação na sociedade vigente. O autor explicitava essa ideia e afirmava que a omissão por parte do governo e das autoridades políticas em relação ao excedente que havia conquistado a tão valiosa alforria, viria a ser responsável pela marginalização e inferiorização da população negra e mestiça de todo o território nacional⁴⁶

⁴⁵ “ A partir de 1903, Querino começou a escrever livros, inicialmente sobre desenho geométrico e depois sobre as artes na Bahia, os bailes pastoris e outras manifestações culturais.” (GLEDHILL, Sabrina. 2016)

⁴⁶ Andrade. Educação e trabalho; raça e classe no pensamento de um intelectual negro: Manuel Querino - Bahia (1870-1920). Revista Brasileira De História Da Educação, v.20, p.2, 2020.



Cabe registrar que sua atenção à causa negra é retratada por sua luta nos movimentos abolicionistas que são fomentados, mais precisamente nesse período próximo a década de 80. Apesar de estar incorporado em um contexto totalmente inverso ao que pregava, Querino rompeu com as teses que estavam sendo disseminadas na época, como o positivismo, o darwinismo social e o pessimismo racial⁴⁷ e enfatiza a concepção de que os povos africanos, mestiços e seus descendentes representam um elemento constitutivo da sociedade, sendo assim, indissociável a ligação de tais povos com a construção da nação que se conhece como Brasil. Contudo, tornaria impossível o desenvolvimento de estudos voltados para o conhecimento e história da nação que ignorem a participação dos negros na formação do Brasil.

Diante desse cenário, a autora Sabrina Gledhill que muito narrou sobre a vida e atuação de Querino cita em um de seus textos:

Trabalhando num contexto em que, na melhor das hipóteses, o negro era visto com paternalismo, Manuel Querino foi um dos primeiros a pesquisar a cultura afro-brasileira e o primeiro afro-brasileiro a destacar as contribuições africanas ao seu país.⁴⁸

É importante ressaltar o cenário em que Querino se desenvolveu, pois assim torna-se possível mensurar, ainda que razoavelmente, as dificuldades que ele precisou ultrapassar para que seus anseios fossem ouvidos e considerados. Gledhill interpreta a principal defesa de Querino através da seguinte conclusão: “[...] quando o afrodescendente é respeitado e devidamente instruído, sua evolução social e econômica é garantida.”⁴⁹

Querino atuou arduamente contrariando as linhas de pensamento que estavam sendo disseminadas desde então. Como exposto

⁴⁷ “Ver, Schwarcz, 1993.

⁴⁸ GLEDHILL, S. De guerreiros a doutores negros: a contribuição de Manuel Querino. In: CHALHOUB, S.; PINTO, A. F. M. (orgs). Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX-XX. Cruz das Almas: Editora da UFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, p. 3,2016.

⁴⁹ Ibid.,p.9.

anteriormente, dominava o mundo letrado as teorias de cunho pessimista em relação a raça, com direções progressistas e, sobretudo, excludentes, que conservavam aos povos afrodescendentes um caminho de degeneração e desprezo.

O filósofo Arthur de Gobineau (1816-1882) havia sido responsável por elaborar uma concepção de que as miscigenações ocorridas no território brasileiro acabaram por penalizar a população com um futuro degenerado, pois partia do princípio que existia uma única raça pura - também nomeada como *ariana*, sendo essa a raça branca - e que a raça mestiça predominante no Brasil era biologicamente inferior aos europeus, sendo eles geneticamente puros.⁵⁰

A mesma ideologia foi defendida e propagada por Gustave Le Bon e Georges Vacher de Lapouge que também descreveram a miscigenação como fator que reservava aos negros, afrodescendentes e indígenas um lugar inferior na sociedade em questão, até uma possível erradicação da população miscigenada. Também corroboram a corrente que defende a legitimidade da raça branca e a separa dos demais, concedendo-lhe um papel de salvadora das etnias tidas como selvagens.

Nesse quadro, alguns intelectuais desempenham pesquisas com o foco em detalhar e descrever a história da construção do Brasil, tais como Nina Rodrigues e José Capistrano de Abreu. Esses autores se dedicam às narrativas a respeito do negro e de sua atuação no território brasileiro. Desse modo, é oportuno resgatar que Nina Rodrigues disserta sobre a efetividade da cultura negra no Brasil mas, embora enfatize a importância dos negros no Brasil através da resistência à frente a luta abolicionista e da força de trabalho nas construções civis e produções dentro dos engenhos e pastos senhoriais, o negro em sua obra ainda é constatado como incivilizado e inferior à raça branca. Com isso, grande parte dos

⁵⁰ “[...] o Brasil estava destinado a ocupar um escalão inferior entre as nações devido a dois fatores imutáveis: Estes eram a inferioridade racial do negro e do índio e dos mestiços descendentes destas raças mais escuras[...]” (WAGLEY, 1979, p.1-18)

estudiosos, absorvem as ideologias difundidas principalmente por Gobineau e perpetuam o racismo científico na literatura nacional.⁵¹

De forma inovadora, Manuel Querino se apresenta no cenário acadêmico brasileiro distante das ideologias em voga privilegiadas e aborda as carências vivenciadas por negros e mestiços. O grande autor busca dar ênfase ao trabalho e a produção desenvolvida pela população negra, constatando que eles em sua maioria, constituem a malha trabalhadora da construção civil, naval e artística, sendo eles, os edificadores da maior parte das obras nacionais.

O intelectual disposto a dar voz aos que vinham sendo silenciados, dedica sua obra “O colono preto como fator da civilização brasileira” aos relatos da vida e do cotidiano dos povos escravizados nos engenhos e lavouras, espalhados por todo o Brasil. O autor expõe que o tratamento desumano direcionado às populações negras e mestiças se mostrava de maneira tão intensa que, em muitos casos, resultaram em pensamentos suicidas e em vinganças cruéis aos seus senhores.

O autor descreve em um dos seus textos, um pouco do que presenciou em relação aos sentimentos sofridos pela população negra:

Os estrangulamentos voluntários, as bebidas tóxicas e suplícios outros, foram os mais prontos recursos de que lançavam mão para extinguir uma existência tão penosa. Depois, entenderam os escravizados que o senhorio era quem devera padecer morte violenta, a que se entregavam os infortunados cativos.⁵²

Sobretudo, a tentativa desempenhada por Querino consistiu em demonstrar as habilidades, os talentos, as características únicas e marcantes presentes nas populações afrodescendentes que colaboraram e acrescentaram singularidades na história do Brasil. Em síntese, essa tentativa representa o principal eixo direcional dos autores decoloniais. A procura em apresentar como as concepções excludentes que se expandiram pela América Latina em decorrência da colonização foram responsáveis por marginalizar a parte majoritária da população e estabelecer um critério de privilégios para o favorecimento de uma

camada social, exclusivamente.

⁵¹ “Portanto, a ideologia do branqueamento através da miscigenação e de incentivos para a imigração europeia pode ser vista como resultado direto da aceitação e assimilação do goblinismo, do sociodarwinismo, do determinismo climático e de outros “ismos”, principalmente o racismo - como ideologia da superioridade da “raça branca” e da inferioridade dos “não brancos”...” (GLEDHILL, 2016, p.6)

⁵² QUERINO, Manuel. O colono preto como factor da civilização brasileira. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, p. 150, 19

Considerações Finais

Podemos considerar que a vertente da decolonialidade inaugura então um movimento historiográfico de rompimento de paradigmas e estereótipos construídos a fim de alavancar uma única camada social, em detrimento de uma população marcada pela dominação e exploração - a população negra e mestiça. Também foi possível constatar que as manifestações de resistência, sejam elas de maneira literária, acadêmica ou a partir de expressões políticas e movimentos sociais persistem na história do Brasil e do mundo muito antes da expansão dos Estudos Decoloniais.

Contudo, também é notório que, ao longo da história mundial, autoridades e representantes políticos possuíam instrumentos capazes de visibilizar ou conceder melhores oportunidades às populações que por séculos foram duramente marginalizadas. Todavia, muitos governos tenderam e permanecem exercendo posturas excludentes, perpetuando a inferiorização das camadas menos favorecidas, sendo em grande parte, compostas por indivíduos negros e mestiços.

Bazard e Enfantin (1828) apontam:

“A exploração do homem pelo homem que tínhamos demonstrado no passado sob sua forma mais direta, a mais grosseira, a escravidão, continua em muito grau nas relações entre proprietários e trabalhadores, entre patrões e assalariados, está-se longe, sem dúvida, da condição em que estas classes estão colocadas hoje em dia, àquela em que se encontravam no passado amos e escravos, patrícios e plebeus, servos e senhores[...]deve-se reconhecer-se que uns não são mais que a prolongação dos outros. A relação do patrão com o assalariado é a última transformação que sofreu a escravidão.” (Exposition de la Doutrine, 1828, Bazard e Enfantin)

O que se torna possível concluir que, como afirmam os autores decoloniais, o pensamento colonial e sua expressão em forma da colonialidade permanecem vivos no imaginário contemporâneo e se evidenciam nas relações de trabalho e relações sociais da atualidade, no racismo que atua de maneira explícita e danosa aos que sofrem sua influência.



Pretendeu-se assim através dessa monografia, abordar o desenvolvimento dessa corrente historiográfica que compreende a história da América Latina pelo ponto de vista da produção intelectual de autores nativos. No entanto, a justificativa do trabalho deve-se pelo fato de ser mais do que necessário obter-se o entendimento a respeito da história do país, tendo em vista que essa história ainda se encontra sob a influência dos padrões epistemológicos eurocentristas. Neste contexto, procura-se auxiliar na disseminação da história vista de baixo, privilegiando as experiências nativas e reconhecendo o papel fundamental em que as múltiplas populações que habitaram o território nacional e latino-americano representaram para a história do Brasil e do mundo.

No mais, pode-se referir o papel decisivo que Quijano ocupou ao instalar a consciência que ficou conhecida como colonialidade do poder e apresentando as influências dessa ideologia que se mantém viva através das reproduções de padrões de pensamento, de produção de conhecimento e pelo controle dos elementos presentes na sociedade.

Nesse contexto, é oportuno resgatar que no âmbito da história, Manuel Querino foi o primeiro intelectual da época que esteve disposto a dedicar seus estudos e obras a pesquisa a respeito da população negra mestiça, apontando a relevância desse grupo para a formação e construção do país e que a história da nação não poderia ser escrita excluindo-os ou marginalizando-os visto que são peças-chave para o desenvolvimento da pátria.

Por fim, sob o prisma dessa abordagem, a pesquisa desenvolvida objetiva-se na contribuição da construção do conhecimento decolonial e busca visibilizar autores de extrema importância para a história da formação do país, que ainda hoje, permanecem sendo desvalorizados por parte de muitos historiadores que reproduzem a manutenção epistemológica baseada nos padrões eurocentristas da história.

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido. Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 509, 2000.

BACON, F. **Novum Organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**.1984.

Disponível

em:<http://www.ufpa.br/ensinofts/cts/francis_bacon_novum_organum.pdf>

. Acesso em: 30 Mar.2023.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política, Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - ago, pp. 89-117, 2013.** Disponível em:<<https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069/1827>>. Acesso em:23Mar.2023.

_____, L. M. de A. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial*. **Revista Dados**. Vol. 60 nº 2, 1ª Revisão: Jul, p.505–540,2017. Disponível em:<

<https://www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhdVDdYPtGrWN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em:20Mar.2023.

BARBOSA, Muryatan Santana. 2012. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (TESE) UNESCO**. São Paulo: USP. 2012.

Disponível

em:https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09012013-165600/publico/2012_MuryatanSantanaBarbosa_VCorr.pdf. Acesso em:

25Mar.2023.

BURNS, E. Bradford. **“Bibliographical Essay : Manuel Querino’s Interpretation of the African Contribution to Brazil.”** *The Journal of Negro History*, v.59, nº. 1 1974. Disponível em:<<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.2307/2717142?journalCode=jnh>>. Acesso em: 20Mar.2023.

CASTRO-GÓMEZ;GROSFOGUEL, R. Prólogo. **Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico**. In **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. **NOMADAS**. Nº. 27. Octubre. Universidad Central- Colombia, pp. 09-23, 2007.

CALMON, Pedro. **História da literatura bahiana**. 2.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria José Olympio Editora, p. 154, 1949.

COUTO, Felipe Fróes; CARRIERI, Alexandre de Pádua. **Enrique Dussel e a Filosofia da Libertação nos Estudos Organizacionais**. Cadernos EBAPE. BR, v.16, nº4, p631–641, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395169213>. Acesso em:20Mar.2023.

DIAS, Vânia . **Quem foi Manuel Querino, intelectual negro baiano nascido há 182 anos.** BrasildeFato, set, 2023.

Disponível

em:<https://www.brasildefato.com.br/2023/09/18/quem-foi-manuel-querino-intelectual-negro-baiano-nascido-ha-182-anos>. Acesso em:13Abr.2024.

DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter et al. **Colonialidade e decolonialidade da (anthropos) logia jurídica: da universalidade a pluri-versalidade epistêmica**(Tese)Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, SC, 2011.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95973/299229.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 Abr.2023.

FIGUEREDO, Carlos Vinícius da Silva. **Estudos subalternos: uma introdução.** Raído, Dourados, MS, v. 4, n. 7, jan./jun. 2010.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Edufba,p.194, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523212148>. Acesso em:13Abr.2023.

GLEDHILL, S. **De guerreiros a doutores negros: a contribuição de Manuel Querino.** In: CHALHOUB, S.; PINTO, A. F. M. (orgs). Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX-XX. Cruz das Almas: Editora da UFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

GROSGOUEL, Ramón. **“Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade.** pensamento de fronteira e colonialidade global”. Revista Crítica de Ciências Sociais. 80, 2008.

IANNI, Octavio. A racialização do mundo. Tempo Social. **Rev. Sociol.**

USP, S. Paulo,v. 8. N°1, p.1-23, mai.1996. Disponível

em:<

<https://www.scielo.br/j/ts/a/5BfDK86BdD6MthW9Hb9DwwL/?format=pdf>>.

Acesso em:13Abr.2023.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino entre letras e lutas – Bahia: 1851-1923**(Tese) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. Disponível em:<

<https://ariel.pucsp.br/bitstream/handle/39996/1/MARIA%20DAS%20GRACAS%20DE%20ANDRADE%20LEAL.pdf>>.

Acesso em:05Mai.2023.

__Andrade. Educação e trabalho; raça e classe no pensamento de um intelectual negro: Manuel Querino - Bahia (1870-1920). **Revista Brasileira De História Da Educação,** v.20, p.123, 2020. Disponível em:<https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e123>. Acesso em: 20 Marc.2023

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 24. Transcrito em: J.B. Spix & C.F.P. Martius, Viagem pelo Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.87.

MALDONADO-TORRES, N. **Análítica da colonialidade e da decolonolaidade: algumas dimensões básicas**. In: Bernardino, C.; Maldonado-Torres, S., Grosfoguel, R. (orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MIGNOLO, Walter D. **História locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizontes: Ed. da UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade:O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 32, nº94, e329402, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em:12 Abr.2023.

MISOCZKY, Misoczky, M. C.;CAMARA, G. D. **Enrique Dussel: contribuições para a crítica ética e radical nos Estudos Organizacionais**. Cadernos EBAPE.BR, v13, nº2, p.286–314, 2015. Disponível em:<https://doi.org/10.1590/1679-395115875>. Acesso em: 20 Mar.2023.

OLIVEIRA, L. F.; SILVA, D. T. P. Os significados da perspectiva Modernidade/Colonialidade. **Revista eletrônica Esquieduca**, v.11, nº23,p.07–19, 2019. Disponível em:< <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/873>

PEREIRA, Paulo Marcos. **Manuel Querino e a escrita da história no Brasil republicano**. Latin American Journal of Development, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 1068-1078, mai./jun. 2021. Disponível em:< https://www.academia.edu/118637601/Manuel_Querino_e_a_escrita_da_hist%C3%B3ria_no_Brasil_republicano>. 13 Abr.2023.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. **Prof. Manuel Querino. Sua vida e suas obras**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1932.

QUERINO, Manuel. **O colono preto como factor da civilização brasileira**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso. 2005.

_____, A.. (2005). **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estudos Avançados, v.19, nº55, p. 9–31. 2005.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300002>.
Acesso em: 21Mar.2023.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. Trad. Sérgio Molina e Rubia Goldoni. São Paulo: MASP Afterall, 2019.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas: a responsabilidade penal no Brasil**. Bahia: Imprensa Popular, p. 92-93, 1894.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, (Feminismos Plurais), p.112, 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/horizontes/3565>>. Acesso em: 20Mai.2023.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Ed. Almedina; CES, 2009.

SANTOS, Vivian Matias. **Notas desobedientes: Decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência**. *Psicologia e Sociedade*. Recife, Vol. 30. Dezembro, p.4, 2018.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VALLE, Leonardo. **5 livros para entender o pensamento decolonial Abordagem que questiona opressão da colonização traz novo olhar para a sala de aula**. 2021. Disponível em: <<https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/noticias/5-livros-para-entender-o-pensamento-decolonial/>>. Acesso em: 23Mai.2023.

WALTAR D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. RBCS Vol. 32 n° 94 junho, p.329402 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVv/?format=pdf>. Acesso em: 14Jun.2023.

WAGLEY, Charles. **“Anthropology and Brazilian Nationality”**. In: Maxine L. Margolis & William E. Carter (eds.), **Brazil: Anthropological Perspectives**. Nova York: Columbia University Press, p.1-18, 1979.